



O Futuro da Justiça Brasileira: Perspectivas sobre o uso da Inteligência Artificial nas Práticas Jurídicas do Brasil

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Ana Isabel Soares Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA SHOPPING

Introdução

A adoção da Inteligência Artificial no sistema de justiça brasileiro vem sendo apresentada como solução inovadora para problemas estruturais, como a morosidade processual e o excesso de demanda; Não obstante, a aplicação indiscriminada dessas tecnologias suscita sérias preocupações sob a ótica jurídico-constitucional: a crescente dependência de algoritmos para atividades sensíveis, como a triagem de processos, sugestão de decisões e análise de precedentes, pode comprometer princípios fundamentais como a imparcialidade, a ampla defesa, o contraditório e a motivação das decisões judiciais. Neste cenário, o presente artigo propõe uma análise crítica sobre o futuro da Justiça brasileira diante da crescente adoção da Inteligência Artificial, questionando se tais inovações estão, de fato, a serviço da garantia dos direitos fundamentais ou se representam uma nova forma de automatização da desigualdade estrutural no acesso à jurisdição.

Objetivo

Diante disso, o desígnio deste trabalho visa examinar, sob uma perspectiva crítica, os impactos jurídicos, institucionais e constitucionais decorrentes da crescente incorporação de sistemas de Inteligência Artificial no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Material e Métodos

Adotando uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e crítico, com ênfase na análise doutrinária, este trabalho se estruturou através de levantamento bibliográfico em literatura jurídica especializada sobre inteligência artificial, direito constitucional e teoria do processo, além da análise documental de normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial a Resolução CNJ nº615/2025. Também foram examinados peças processuais feitas por Inteligência Artificial, pareceres institucionais e estudos de caso sobre a implementação de sistemas de IA em tribunais brasileiros.

Resultados e Discussão

Através disso, pôde-se constatar que, embora os sistemas de Inteligência Artificial aplicados ao Judiciário brasileiro apresentem potencial para mitigar entraves operacionais, sua adoção tem ocorrido de forma assimétrica, com baixo controle institucional. Observou-se que ferramentas automatizadas vêm sendo utilizadas, em alguns



casos, sem a devida supervisão humana qualificada, o que compromete a legitimidade das decisões proferidas com base em critérios algorítmicos opacos e potencialmente enviesados. A Resolução CNJ nº615/2025, embora represente um avanço inicial na tentativa de disciplinar o uso da Inteligência Artificial generativa, carece de mecanismos efetivos de fiscalização. Tais achados evidenciam a urgência de um marco regulatório mais robusto e de políticas públicas que subordinem o uso da IA aos limites constitucionais do processo justo e da função jurisdicional.

Conclusão

Em suma, concluiu-se que a incorporação da Inteligência Artificial no sistema de justiça brasileiro, embora contenha potencial para ampliar a eficiência institucional, demanda uma regulação mais densa para que não comprometa as garantias constitucionais do processo. O futuro da justiça brasileira, portanto, dependerá não apenas da incorporação tecnológica, mas da capacidade institucional de governar a inovação com base em critérios jurídico-constitucionais sólidos e democráticos.

Referências

Artigo "Riscos e Limitações da Inteligência Artificial no Processo Judicial", disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/riscos-e-limitacoes-da-inteligencia-artificial-no-processo-judicial/4434180358>

Artigo "Princípios constitucionais do processo civil", disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principios-constitucionais-do-processo-civil/737403443>

Livro "Inteligência artificial e processo", escrito por Isabella Fonseca Alves e publicado em 2019

Constituição Federal, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Resolução CNJ nº615/2025, disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1555302025031467d4517244566.pdf>

Peças Processuais, através do Jusbrasil, disponíveis em: <https://www.jusbrasil.com.br/pecas/>